

## ÍNDICE ANALÍTICO

Nota Prévia. . . . .	9
Agradecimentos. . . . .	11
Resumo . . . . .	15
Abstract . . . . .	19
Índice de Abreviaturas, Siglas, Acrónimos e Brocardos Latinos . . . . .	23
Índice Geral . . . . .	27
<b>Introdução</b> . . . . .	29
Objeto de Investigação, delimitação do Tema e Sequência Expositiva . . . . .	29
Metodologia. . . . .	35

### PARTE I

#### O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA APLICADO AO DIREITO FISCAL

§ 1. Considerações introdutórias . . . . .	41
§ 2. O acolhimento do princípio da segurança jurídica em Direito Fiscal como fundamento da proibição da retroatividade fiscal . . . . .	42
2.1. O princípio do Estado de Direito democrático na Constituição da República Portuguesa . . . . .	42
2.2. O Estado de Direito democrático, o Estado fiscal e a segurança jurídica. . . . .	54

<b>§ 3. A segurança jurídica como decorrência do princípio do Estado de Direito democrático</b> . . . . .	65
3.1. Do conceito de segurança jurídica como emanção do princípio do Estado de Direito . . . . .	65
3.2. Da segurança jurídica em Direito Fiscal . . . . .	77
3.2.1. A previsibilidade das normas fiscais . . . . .	91
<b>§ 4. O impacto das funções do Estado no princípio da segurança jurídica em Direito Fiscal.</b> . . . . .	95
4.1. Produção legislativa. . . . .	95
4.2. Atuação da administração fiscal . . . . .	102
4.3. Atuação dos órgãos judiciais . . . . .	108

**PARTE II DA PROIBIÇÃO DA RETROATIVIDADE FISCAL:  
A VERTENTE NEGATIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA**

<b>§ 5. Considerações introdutórias sobre a conceptualização da retroatividade: enunciação do problema</b> . . . . .	117
<b>§ 6. Da conceptualização da retroatividade fiscal.</b> . . . . .	128
6.1. Fundamento e evolução histórica da proibição da retroatividade . . . . .	128
6.2. Teorias clássicas da proibição da retroatividade e a sua aplicabilidade ao Direito Fiscal . . . . .	134
6.2.1. Teoria dos direitos adquiridos . . . . .	134
6.2.2. Teoria do facto passado . . . . .	138
6.2.3. Teoria das situações jurídicas . . . . .	139
a) Teoria das situações jurídicas objetivas e subjetivas . . . . .	139
b) Teoria das situações jurídicas de execução duradoura e de execução instantânea . . . . .	140
6.3. Posição adotada . . . . .	141
<b>§ 7. As teorias e a conceptualização atuais de retroatividade: acerca da autonomização de um conceito de retroatividade fiscal</b> . . . . .	142
7.1. Da conceptualização da retroatividade fiscal: autêntica, inautêntica e retrospectividade. . . . .	142
7.2. Conceptualização jurisprudencial: contributos para a construção de um conceito de retroatividade fiscal . . . . .	158
7.2.1. A jurisprudência dos tribunais estrangeiros: em especial o caso alemão . . . . .	158
7.2.2. A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia . . . . .	166

<b>§ 8. Enquadramento legal da proibição da retroatividade no contexto português . . . . .</b>	<b>173</b>
8.1. A proibição da retroatividade na Constituição . . . . .	173
8.1.1. Da proibição constitucional da retroatividade no Direito Penal . . .	176
<i>a)</i> A proibição da lei penal retroativa . . . . .	176
<i>b)</i> A lei penal retroativa mais favorável . . . . .	189
<i>i.</i> Considerações gerais . . . . .	189
<i>ii.</i> A relação da lei penal retroativa mais favorável com a proibição da lei penal retroativa . . . . .	192
<i>iii.</i> Âmbito de aplicação da lei penal retroativa mais favorável . . . . .	195
<i>iv.</i> Aplicação da lei mais favorável e caso julgado . . . . .	199
8.1.2. As leis processuais penais e a sua aplicação no tempo . . . . .	202
8.1.3. A relação entre o Direito Penal e o Direito Fiscal em sede de aplicação da lei no tempo . . . . .	207
8.2. A proibição da retroatividade na lei ordinária civil . . . . .	218
8.3. A proibição da retroatividade na lei tributária . . . . .	224
8.3.1. O n.º 1 do artigo 12.º da LGT . . . . .	226
8.3.2. O n.º 2 do artigo 12.º da LGT . . . . .	228
8.3.3. O n.º 3 do artigo 12.º da LGT . . . . .	234
8.3.4. O n.º 4 do artigo 12.º da LGT . . . . .	238

### PARTE III

#### O ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL DA PROIBIÇÃO DA RETROATIVIDADE FISCAL

<b>§ 9. Considerações introdutórias finais . . . . .</b>	<b>241</b>
<b>§ 10. O enquadramento constitucional da proibição da retroatividade fiscal no período prévio a 1997 . . . . .</b>	<b>242</b>
10.1. A proibição da retroatividade fiscal nas Constituições Monárquicas . .	242
10.2. A proibição da retroatividade fiscal nas Constituições Republicanas de 1911 e de 1933 . . . . .	244
10.3. A proibição da retroatividade fiscal na Constituição de 1976 . . . . .	251
10.4. Trabalhos preparatórios à revisão constitucional de 1997 . . . . .	259
10.5. Do tratamento jurisprudencial da retroatividade fiscal . . . . .	262
10.5.1. Da jurisprudência da Comissão Constitucional . . . . .	262
<i>a)</i> Parecer 5/81 . . . . .	265
<i>b)</i> Parecer 25/81 . . . . .	266
<i>c)</i> Parecer 14/82 . . . . .	268

d) Parecer 37/82. . . . .	269
10.5.2. Da jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo . . . . .	271
10.5.3. Da jurisprudência do Tribunal Constitucional . . . . .	272
a) Do período até 1990: As leis fiscais retroativas constitucionais . . . . .	272
b) De 1990 até à introdução da proibição da retroatividade fiscal: as leis fiscais retroativas inconstitucionais. . . . .	278

## § 11. O Enquadramento Constitucional da proibição da retroatividade fiscal no período posterior a 1997 . . . . .

11.1. Da previsão expressa da proibição da retroatividade no artigo 103.º, n.º 3 na Constituição . . . . .	287
11.2. Do âmbito de aplicação do artigo 103.º, n.º 3 da Constituição ao tributo imposto . . . . .	297
11.2.1. O papel do Tribunal Constitucional na delimitação do sentido e alcance da proibição da retroatividade fiscal. . . . .	305
§ [único] Questão prévia: a aplicação da lei Constitucional no tempo . . . . .	305
11.2.2. A proibição da retroatividade fiscal: uma regra ou um princípio? . . . . .	311
a) Da conceptualização das regras e dos princípios. . . . .	311
b) Da jurisprudência do Tribunal Constitucional na qualificação da proibição da retroatividade fiscal: regra ou princípio? . . . . .	323
c) Posição adotada . . . . .	331
11.2.3. A distinção entre retroatividade autêntica e retrospectividade aplicável aos impostos . . . . .	336
11.2.4. Do princípio da proteção da confiança no Direito Fiscal: da retroatividade autêntica à retrospectividade . . . . .	345
§ [único] Da vertente positiva da segurança jurídica . . . . .	345
11.2.5. Evolução jurisprudencial do princípio da proteção da confiança em Direito Fiscal . . . . .	349
a) A abordagem jurisprudencial alemã como inspiração da jurisprudência portuguesa. . . . .	349
b) A abordagem jurisprudencial portuguesa: alcance e requisitos do princípio da proteção da confiança . . . . .	352
c) Da real aplicabilidade do princípio da proteção da confiança em Direito Fiscal: relação entre as expectativas dos contribuintes e o interesse público . . . . .	362
11.3. Do âmbito de aplicação do artigo 103.º, n.º 3 da Constituição aos outros tributos . . . . .	365
11.3.1. Das taxas . . . . .	365
11.3.2. Das contribuições . . . . .	369
11.3.3. Posição adotada . . . . .	372

11.4. Do âmbito de aplicação do artigo 103.º, n.º 3 da Constituição às normas retroativas desoneradoras . . . . .	377
11.5. As leis fiscais retroativas interpretativas . . . . .	380
11.5.1. A conceptualização das leis fiscais retroativas interpretativas . . . . .	380
11.5.2. O entendimento jurisprudencial em sede de leis fiscais retroativas interpretativas . . . . .	386
11.5.3. Posição adotada . . . . .	396
11.6. Conceito de retroatividade e de retrospectividade adotado . . . . .	399
<b>§ 12. O Direito Transitório como solução legislativa do problema da aplicação da lei no tempo em Direito Fiscal. . . . .</b>	<b>403</b>
12.1. Das disposições transitórias formais e das cláusulas de salvaguarda . . . . .	403
12.2. Da introdução no Orçamento do Estado para 2023 de uma disposição transitória no regime fiscal das mais-valias derivadas da alienação de criptoativos em sede de IRS como uma boa solução legislativa . . . . .	407
12.2.1. Da definição de mais-valias como incrementos patrimoniais . . . . .	407
12.2.2. Da tributação das mais-valias derivadas da alienação de criptoativos em sede de IRS detidos por um período igual ou superior a 365 dias . . . . .	412
12.2.3. Da disposição transitória do Orçamento do Estado para 2023 <i>vis-à-vis</i> o novo regime de exclusão de tributação das mais-valias derivadas da alienação de criptoativos . . . . .	421
12.3. Da não introdução de uma disposição transitória na tributação de mais-valias derivadas da alienação de ações em sede de IRS como uma má solução legislativa . . . . .	425
12.3.1. As mais-valias mobiliárias em sede de IRS: da evolução legislativa até ao quadro legal vigente . . . . .	425
12.3.2. Da problemática da proibição da retroatividade fiscal nas mais-valias mobiliárias derivadas da alienação de ações . . . . .	437
12.3.3. A conceptualização das mais-valias mobiliárias como facto tributário de obrigação única ou de formação sucessiva . . . . .	440
12.3.4. Posição adotada . . . . .	448
<b>§ 13. De iure condendo: a clarificação necessária do sentido e alcance do artigo 103.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa . . . . .</b>	<b>453</b>
<b>Conclusões . . . . .</b>	<b>459</b>

Bibliografia . . . . .	487
Jurisprudência . . . . .	513